

Revisão

No ar... Comunicando através das rádios comunitárias de catalão – Goiás no Brasil

In the air... communicating through the community radios of Catalão – Goiás in Brasil

Enival Mamede Leão. Universidade Estadual de Goiás – UEG.

mamedeueg@gmail.com

Recibido: 20/02/2018 Aceptado: 12/07/2018

Resumo

O debate sobre mídia, de uma forma geral e meios de comunicação, concessões de rádios e TVs, de uma forma específica, está na ordem do dia em nosso país, principalmente, pelo fato de ter ocorrido recentemente à primeira Conferência Nacional de Comunicação, que por sua vez demonstrou a extrema necessidade e urgência de se discutir os mecanismos de distribuição de concessões públicas, que fazem circular ideias e valores demonstrando a importância do debate para democratização do acesso a informação no Brasil. Nesse sentido, as rádios comunitárias surgiram como instrumento na construção da cidadania e expressão democrática, a partir de iniciativas de alguns movimentos sociais, como sindicatos de trabalhadores, movimento estudantil e associações de bairros, expressões do mundo do trabalho que merecem um estudo.

Palavras-chaves: Comunicação; cidadania; rádio e movimentos sociais

Abstract

The debate on media, in general forms and public media, radio licenses and TVs, in a specific way, it's on our country's day order, mainly because the National Conference on Communication has recently taken place, and it has showed the extreme necessity and immediacy of discussing the means of public licenses' distribution, which give rise to ideas and values that demonstrate the debate's importance to the democratization of the access to information in Brazil. Therefore, the communitarian radios emerged like a tool to the construction of both citizenship and democratic expression, from social movements initiatives, such as trade union, student activism and neighborhood association, expressions from the worker's world that are worth to be looked closely.

Keywords: Communication; citizenship; radio and social movements.

Introdução

O debate sobre mídia, de forma geral e meios de comunicação, concessões de rádios e TVs,

de forma específica, estão na ordem do dia em nosso país, principalmente pelo fato de ter ocorrido recentemente a primeira Conferência Nacional de Comunicação que, por sua vez, demonstrou a extrema necessidade e urgência em se discutir os mecanismos de distribuição de concessões públicas que fazem circular ideias e valores demonstrando a importância do debate para democratização do acesso à informação no Brasil.

Nesse sentido, as rádios comunitárias surgiram como instrumento na construção da cidadania e expressão democrática, a partir de iniciativas de alguns movimentos sociais, como sindicatos de trabalhadores, movimento estudantil e associações de bairros, expressões do mundo do trabalho que merecem um estudo a luz do pensamento geográfico. Elas passaram a desempenhar um papel de salutar importância ao pleno desenvolvimento das comunidades em que estão inseridas.

É objeto desse trabalho compreender o papel das rádios comunitárias na cidade de Catalão (GO), que tem como Microrregião onze municípios sendo: Catalão, Ouidor, Três Ranchos, Campo Alegre, Goiandira, Cumari, Nova Aurora, Anhanguera, Davinópolis, Ipameri e Corumbaíba. Assim, essa pesquisa tem por objetivo compreender as emissoras de rádio implantadas em Catalão a partir do ano de 2006, se estas emissoras possuem efetivamente o caráter comunitário, se são instrumentos dos movimentos sociais, e se contribuem para o exercício democrático através de uma programação voltada aos interesses da comunidade local na qual estão inseridas, contribuindo com a construção da cidadania nessas localidades em que são ouvidas.

Desarrollo

Todos os municípios citados possuem rádios comunitárias e cada uma a seu jeito desenvolve comunicação dita comunitária, transmitindo e ocupando o espaço. No Brasil, entende-se por rádio comunitária, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), de caráter local de baixa potência, limitada a 25 watts e com cobertura restrita a um raio de 1 km, a partir da antena transmissora, de acordo com a lei nº 9.612 que instituiu o serviço de comunicação comunitária no Brasil. A exploração desse serviço é destinada às associações e fundações comunitárias sem fins lucrativos, com sede na localidade da prestação do serviço.

As emissoras de caráter comunitário devem exclusivamente veicular programas voltados à comunidade atendida. Diferem-se das rádios comerciais por não veicular comerciais, não transmitir em cadeia com nenhuma outra rádio além de ser vedada a elas em caráter algum a prática de proselitismo religioso, político ou de qualquer outra natureza.

Abaixo se pode conhecer e compreender um pouco mais a microrregião de Catalão e suas cidades componentes.

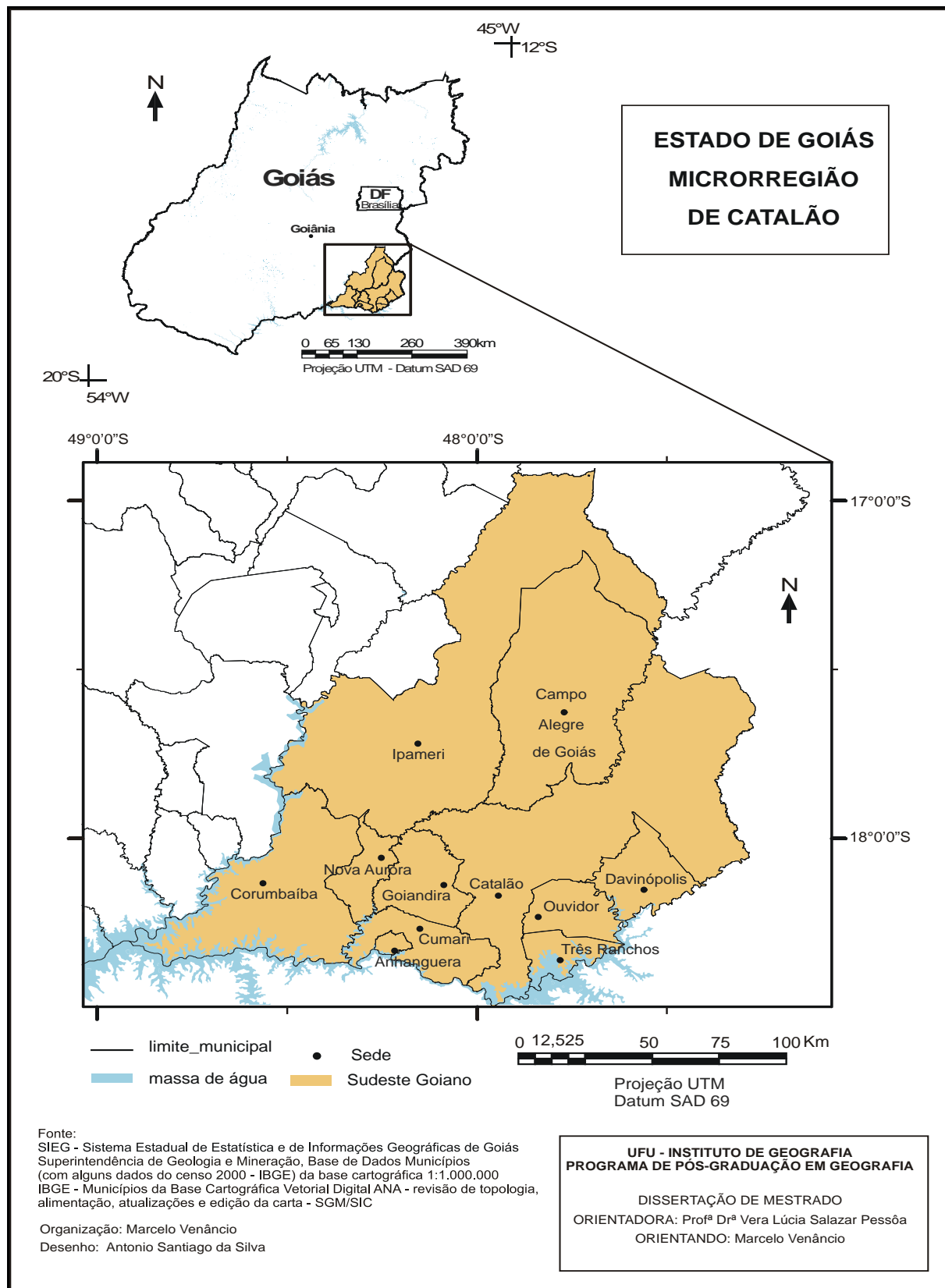


Figura 1 - Microrregião de Catalão, Estado de Goiás – 2008.

Fonte: Venâncio (2008).

A primeira rádio comunitária que se tem notícia, surge no Brasil na cidade de Vitória, Espírito Santo em outubro de 1970. (PERUZZO, 2002). Na mesma década surgem também emissoras de caráter comunitário nas cidades de Sorocaba - São Paulo e Criciúma - Santa Catarina. Contudo, as primeiras experiências que, de fato, se pode entender por comunicação comunitária através do rádio foram realizadas na década de 1980 a partir de várias iniciativas de movimentos populares como Sindicatos dos Bancários e dos membros da Associação de Moradores de Piracicaba, ambos no Estado de São Paulo. (PERUZZO, 2002).

Após essas iniciativas, em plena ditadura militar, a ideia ganhou adeptos. No início todas tinham como objetivo criar espaços para a comunidade se pronunciar, entretanto, alguns membros dessas comunidades começaram a perceber que as rádios poderiam ser instrumentos de luta contra a carestia, o desemprego e a falta de liberdade política. Estas primeiras rádios comunitárias eram na época chamadas pelos ativistas de “rádios livres”, mas para os meios de repressão Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) eram denominadas de “rádios piratas”, por não possuírem legalização.

O rádio como instrumento de territorialização

Neste texto tentar-se-á discutir o Rádio como instrumento de comunicação, mas mais do que isto, busca-se compreender a territorialização, categoria geográfica, que ocorre a partir das transmissões sonoras dos programas radiofônicos, da mesma forma que se tenta construir, de forma histórica, a utilização do rádio como mecanismo de disseminação do poder.

Vários governantes percebem o papel importante que poderia ser desempenhado pelos programas de informação e entretenimento para a vida das pessoas, de modo que se busca situar de forma objetiva e clara as relações entre o poder estabelecido e o instrumento comunicacional chamado rádio. Neste caminhar a “aldeia global”, embora ampla territorialmente passa a ser pequena pelo poder da informação em “unir” o espaço geográfico, através de variados programas radiofônicos, o espaço territorialmente imenso se transforma em pequenos pontos interligados por aparelhos de comunicação que levam a informação via programas jornalísticos, entretenimento via programas musicais, religiosos e até missas são transmitidas via rádio.

Assim, o rádio, que para muitos não passa de um aparelho simples como outro qualquer que serve para tocar músicas e levar algumas informações, passa a unir pessoas e a colocá-las próximas da vida real e dos fatos que estão acontecendo.

No Brasil, que por sua extensão territorial, 8,511 996 Km², é considerado um país continental, e está entre os maiores do mundo, pode ter sua distância geográfica reduzida via meios de

comunicação. Por este e por outros fatores, o aparelho radiofônico sempre significou muito mais do que um simples instrumento de musicalidade e apenas informação, pois desde sua chegada ao Brasil por volta dos anos de 1920 do século XX, até hoje, é considerado instrumento de aproximação das pessoas.

Vale resgatar que as primeiras transmissões radiofônicas no Brasil estão envoltas em controvérsias, todavia estima-se que ocorreram no ano de 1922, durante um ato presidencial, em que o discurso do Presidente da República Epitácio Pessoa foi transmitido pela primeira vez via ondas sonoras. No enfatizar de Moncau, “A história da Radiodifusão no Brasil se inicia na comemoração do centenário da independência em 7 de setembro de 1922” (2005, p. 11).

Merece destaque as primeiras emissoras de rádio que acabaram por se transformar em uma verdadeira “coqueluche popular”. Pessoas se organizavam em clubes sociais e através das sociedades clubes, o rádio se popularizou no país, passando a fazer parte do cotidiano das pessoas, deixando de ser um instrumento elitizado, musical e se transformou em um instrumento a serviço das camadas mais populares e que em breve passaria a ser utilizado em grande escala como forma de levar as ouvintes muito mais do que músicas e informação, se tornaria em poucos anos uma peça fundamental para as classes dominantes se comunicarem com a população e levarem até elas sua forma de pensar.

Entretanto, foi com o governo de Getúlio Vargas que se oficializou verdadeiramente o rádio como instrumento de informação e de persuasão dos ouvintes, através da “Hora do Brasil” e depois “A Voz do Brasil” criada em 1935. Tinham como objetivo informar, mas que tocava também música popular e pronunciamentos oficiais. Na década de 1940, aconteceu a chamada “Era de Ouro” do rádio brasileiro em que o instrumento de comunicação se popularizou entre praticamente todas as camadas da população, ganhando adeptos apaixonados onde a sociedade parava para ouvir as famosas novelas no rádio.

Brasileiros de norte a sul, leste a oeste, passaram a acompanhar diariamente os acontecimentos nacionais via transmissões de rádio. Através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o rádio foi utilizado como ferramenta para se chegar aos lares dos cidadãos brasileiros e povoar seus imaginários. Getúlio Vargas, no Brasil, foi primeiro governante a utilizar as ondas do rádio para tal intento. Em nível mundial, o mesmo foi feito por Adolf Hitler, na Alemanha e Benito Mussolini, na Itália, entre outros, que utilizaram as ondas sonoras para que suas ideias se fizessem conhecidas.

Na década de 1950, o rádio se torna a primeira expressão da indústria cultural no Brasil, pois emissoras como a Nacional do Estado do Rio de Janeiro que detinha uma audiência superior a

50% dos lares cariocas, foi utilizada como meio para que os governantes se comunicassem com os ouvintes cidadãos. A programação era composta de programa de auditório, rádio novelas, humorísticos, entretenimento e pronunciamentos oficiais.

O repórter ESSO, “testemunha ocular da história”, “o primeiro a dar as últimas” se tornou o meio de saber dos fatos para grande parte dos brasileiros. Mesmo nos rincões mais longínquos se ouvia a voz marcante de Heron Domingues transmitindo informação e levando a história dos fatos para a população. Cabe aqui ressaltar que ele foi o primeiro noticiário de rádio jornalismo do Brasil. Através das transmissões que não se limitavam apenas a emitir as notícias ou informar os fatos, as matérias jornalísticas eram enviadas por uma agência internacional de notícias controlada diretamente pelos Estados Unidos da América. Aliás, o repórter ESSO levava esse nome justamente por ser patrocinado pela empresa Estadunidense Standard Oil Company Of Brazil conhecida popularmente como ESSO do Brasil. Ele foi ao ar de 28 de agosto de 1941 a 31 de dezembro de 1968. Um exemplo claro da utilização das ondas do rádio como meio para disseminação do poder.

Nesse sentido, a obra de Michel Foucault “Microfísica do Poder” mostra, através do tratamento espacial, que uma análise da rede formada pelos mecanismos de poder, são difundidos na sociedade, por mecanismos periféricos e que o poder central se serve de vários modos para dominar. (Foucault, 1979, p. 160).

Percebe-se assim que, já na década de 1940, e em pouco tempo de Rádio no Brasil, o equipamento e o que advém dele se torna ferramenta importante para disseminação da ideologia dominante, sendo que nos anos que se seguiram o que se pôde perceber é que o Rádio foi se transformando em um importante meio de comunicação na vida dos brasileiros e a cada dia foi se tornando rapidamente como que “alguém” da família.

Da mesma forma, pode-se verificar, portanto, em um sentido contrário, que o movimento de instalação de uma emissora comunitária, socializa os espaços, transformando locais antes hegemônicos agora em palco de discussões junto à comunidade. Porém, vale frisar, que o processo de implantação de uma emissora de rádio comunitária é longo e tortuoso, sendo comum durar até mais de cinco anos para que as concessões cheguem a serem efetivadas e sirvam ao seu destino. Reuniões, discussões e propostas são geralmente realizadas dezenas de vezes, até que os documentos sejam encaminhados e, em fim, aprovados pelo Ministério das Telecomunicações.

Nesse sentido, observa-se que o território através da comunicação comunitária se dilui em várias territorialidades, aparecendo com facetas diferenciadas a partir da ação de membros

comunitários que entram nas casas, nos comércios locais através dos programas radiofônicos locais, exercendo a cidadania e cobrando também ações por parte dos órgãos governamentais no sentido de atender várias reivindicações populares. Através das ondas do Rádio, se chega mais facilmente aos lares das pessoas, às suas casas, seu trabalho e seu espaço de convivência familiar, problemas corriqueiros passam a ser debatidos e muitas das vezes solucionados.

Da mesma forma que o espaço é ocupado e transformado pelo homem, o território também o é. Todavia, desde os primórdios, a comunicação é vital na vida do homem e é através dela que lhe atribui significados. Os processos sociais se solidificam a partir da comunicação entre os seres. De acordo com Berlo: “Gastamos cerca de 70% do nosso tempo ativo nos comunicando: Quer seja falando, lendo, escrevendo, utilizamos em média de nosso tempo diário mais de 10 horas só para nos comunicarmos de alguma forma”. (1999, p. 01)

Portanto, é necessário compreender, sob os olhos da Geografia, como as transformações na difusão da informação, via rádios e outras mídias, geram implicações no espaço geográfico e no cotidiano das pessoas. A denominada revolução técnico-científico-informacional contribui para a criação de espaços hegemônicos que são utilizados para a reprodução dos interesses de alguns grupos. Em relação a esta complexidade Lucci afirma, “a esse território se superpõe um território das redes, que num primeiro momento dá a impressão de ser uma realidade virtual”. (Lucci, 2000, p. 02).

É possível entender, dessa forma, que nosso território a partir das técnicas e das comunicações sofre novas configurações e as redes se entrelaçam em nossa sociedade, apresentando-se sob variadas formas.

Neste contexto, pensa-se ser importante discutir a mídia, os meios de comunicação e, em especial, o rádio e sua interação com o ouvinte no seu espaço local, principalmente as emissoras chamadas de comunitárias que passaram a fazer parte do cotidiano brasileiro legalmente a partir do ano de 1998.

Na cidade de Catalão – Goiás, elas começaram a ser implantadas a partir do ano de 2006 e estão até os dias atuais transmitindo normalmente, sobre o manto da lei e da palavra comunitária servindo também a interesses privados, pois já é percebido que muitas não realizam de fato transmissões voltadas a comunidade e muito menos abrem espaços em suas programações para que os seguimentos organizados se manifestem, tornando na realidade porta-vozes de interesses de apenas algumas pessoas com interesses meramente particulares.

Sendo assim, vale ressaltar que o desenvolvimento das telecomunicações encurta distâncias e conceitos como os de tempo, espaço e cidade precisam ser redimensionados, através desta “revolução” técnico-científico-informacional, onde a chamada “aldeia global” se torna a cada dia mais um espaço de controle social. É neste contexto de dúvidas que se busca para melhor compreensão da sociedade atual, dita globalizada, um melhor entendimento dos interesses nas concessões de radiodifusão em nosso país, sejam elas públicas, comunitárias ou privadas.

O estudo do tema, como se observa, pode ser analisado a partir de determinadas categorias geográficas como território, lugar e espaço que precisam ser redimensionados. Em um mundo que se apresenta em constante transformação se faz necessária novas leituras também a partir de novos paradigmas sociais.

Para Souza o tema deve ser visto da seguinte forma:

(...) A Geografia está na vanguarda de muitas frentes de trabalho. Do ponto de vista teórico, lidera uma das correntes mais respeitadas, pois decidimos enfrentar o desafio de procurar uma maior aderência da nossa disciplina para fazer face as rápidas mudanças do mundo de hoje. Assim, tivemos de revisar todos os seus conceitos básicos: espaço geográfico, território, região, lugar, cidades, entre outros. (Souza, 2008, p. 47)

Portanto, a partir desta nova realidade, é que se considera importante o saber geográfico e suas vertentes, pois para buscarem a compreensão de novos sujeitos no mundo contemporâneo, o “meio técnico-científico-informacional” e as Rádios Comunitárias podem nos remeter a novos paradigmas dentro das Ciências Humanas.

As Rádios Comunitárias surgem instituídas oficialmente no Brasil através da lei nº1962, de 19 de fevereiro de 1998. Surge a priori como resposta dos movimentos sociais a esta hegemonia midiática de grandes grupos econômicos, uma verdadeira oligarquia da mídia nacional. Para Peruzzo é preciso levar-se em consideração o desenvolvimento local:

Dentre esses novos personagens surge a radiodifusão comunitária aliada ao pensamento de desenvolvimento local que trata, como idéia a expressão, da implementação simultânea de um modelo de desenvolvimento sócio-cultural do qual fluem todas as outras dimensões de desenvolvimento, o econômico, o político, o tecnológico etc., em uma determinada comunidade. (Peruzzo, 2005, p. 13)

Deste modo é importante que nestes novos tempos se busque interagir com outros saberes e outros olhares para melhor entender os homens e suas sociedades, pois é no tecer do cotidiano que as dúvidas suscitadas nos remetem a busca da compreensão dos fenômenos sociais. Sobretudo para Moreira:

A relação homem-meio moderna à luz da desapropriação do campesinato, isto é, do movimento da acumulação primitiva do capital, vindo na desterritorialização a forma da sua expressão geográfica. E elucida desse modo o processo espacial pelo qual a história salta da fase das sociedades de naturais para a fase das sociedades históricas, ao clarificar como por seu intermédio a relação homem-meio vira relação capitalista da natureza e espaço do capital. (Moreira, 2007, p. 28).

Pode-se perceber assim que o sistema capitalista utiliza de todos os meios para transformá-los em capital sabe-se que muitos geógrafos já trouxeram para a Geografia a análise de apropriação do espaço pelo capital e seus desdobramentos para a sociedade e sua desterritorialização, neste sentido, as mídias modernas devolvem à vista e ao ouvido o papel que eles possuíam no mundo tradicional e asseguram a difusão instantânea das mensagens – mesmo as mais complexas – aos lugares mais longínquos. (Claval, 2008). As culturas dos grupos que dominam a comunicação oral se apõem às culturas escritas ou a esta que as mídias modernas moldam (Idem, 1995).

Ainda para Claval: As sociedades históricas são caracterizadas pela coexistência de culturas populares que se transmitem localmente pelo exemplo, o gesto e a palavra e de culturas eruditas que se apóiam sobre a escrita e concernem espaços muito mais largos. Graças às mídias modernas, ao rádio e à televisão em particular, cada um recebe desde a mais tenra idade informações orais e imagens que vêm de longe. (2008, p. 76).

Deve-se a partir dessas premissas compreender que a mídia como um todo e o rádio, em particular, transformam partes da sociedade, pois a comunicação tem o poder de mudar o meio espacial, sendo que a partir destas mudanças se territorializa e se desterritorializa pessoas e atitudes, culturas, religiões, expressões de comportamento são alterados. Nesta direção, para Chaveiro, em seu artigo “O Cerrado em Disputa: Sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas”, festas de cultura tradicional do Estado de Goiás como, a do Divino Pai Eterno em Trindade, são apropriadas e “desterritorializadas” pela lógica da mídia estadual, inclusive servindo a interesses ideológicos, políticos por parte de alguns governantes. (Chaveiro, 2008, p. 76).

Ele demonstra através de sua escrita que o turismo e a cultura também são elementos utilizados como meios de dominação de uma classe sobre outra, existe toda uma construção social, fatores externos que intervêm através do poder do Estado. Assim a mídia farta os cidadãos de informações que sempre vão ao sentido de legitimação das ideias defendidas pelos que ocupam o poder.

Rádio cidadania e movimentos sociais

Neste capítulo busca-se entender a luta pela implantação das rádios comunitárias no Brasil. Se o espaço público gera interesses e contradições, pode-se através da ciência geográfica e outras afins compreenderem melhor estas relações ambíguas. É neste sentido que se busca ao longo do tempo uma melhor compreensão do termo cidadania, que por ser histórico, variou e varia ao longo do tempo, da mesma forma que o movimento pela implantação das emissoras comunitárias assume diversas nuances.

Procura-se neste momento compreender o papel desenvolvido pelo movimento comunitário no sentido de construir espaços democráticos para os cidadãos. Pela pesquisa inicial realizada acerca do tema proposto, percebe-se a insuficiência da bibliografia referente ao estudo das Rádios Comunitárias no Brasil. No entanto, já é possível, vislumbrar um quadro teórico que permitirá a ampliação do levantamento bibliográfico e, posterior, desenvolvimento da pesquisa. Para o historiador Jaime Pinsky, ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei. Em resumo, ter direitos civis é participar dos destinos da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. (Pinsky, 2003, p. 08).

Do ponto de vista da gênese, em Roma e na Grécia antiga, o conceito estava reduzido aos proprietários de terras e de donos de escravos. Ser cidadão significava, sobretudo, ter posses, ser do sexo masculino e não ser estrangeiro. Portanto, mulheres e escravos não eram cidadãos. Na Idade Média, período histórico em que se consolidou o poder da igreja em detrimento dos pressupostos científicos, o direito a ser considerado cidadão se resumia aos detentores de propriedade, mais especificamente terras, ou pertencer ao clero. Deste modo, os servos eram desprovidos de cidadania, já que eles próprios eram presos a terra e dela não podendo se desvencilhar.

Posteriormente foi com a Revolução Francesa, através do pensamento Iluminista que o conceito foi remodelado e através das ideias jacobinas que o homem passou a ser considerado um cidadão, na expressão moderna do termo, com direitos e deveres em um determinado Estado/Nação.

Pode-se entender assim que não é fácil se situar quanto ao que seja realmente cidadania. Em poucas palavras, ser cidadão é sobretudo estar consciente do processo de construção de um determinado projeto, participar dele e ter plenas condições de contribuir com sua finalização. De a mesma forma ser responsável por seus acertos e erros além de ser ao mesmo tempo parte e todo no mesmo.

A conquista de direitos políticos, civis e sociais é fundamental para que os indivíduos que vivem em uma sociedade possam proclamar outros como cidadão. Sabendo disso, os meios de comunicações bem como o livre acesso a eles, são fatores que devem ser considerados para a construção de uma sociedade com cidadania, pelo menos uma cidadania que se construa no mesmo sentido para todas as camadas da população.

De forma que a vida das pessoas do lugar pode tranquilamente a partir dos diálogos que elas travam com seus semelhantes ser transformada para melhor ou para pior, dependendo do grau de inserção social de cada grupo humano, os meios de comunicação podem contribuir para que o processo de entendimento das responsabilidades e direitos de cada um sejam respeitados e compreendidos.

Neste sentido pode se frisar que cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia (Pinsk. 2003, p.10), de forma que é possível pensar que a cidadania construída pelas rádios comunitárias se dá pela valorização, inicialmente, pelos que são do próprio lugar, pelo processo de valorização das identidades próprias oriundas e manifestadas pelo que é local.

No ponto de vista de Meksenas: Na década de 1970, as estratégias populares de resistência se configuraram nos chamados “Novos Movimentos Sociais Urbanos e Rurais” que buscavam a reinvenção da práxis política das classes trabalhadoras na tentativa da afirmação de novos e velhos direitos. (2000, p. 18).

Nota-se assim que o movimento pela democratização dos meios de comunicação levantou desde o início de sua organização discussões no sentido de ampliar o direito a mais pessoas poderem se expressarem através das ondas do rádio e para que os direitos humanos e sociais fossem a cada momento mais debatidos e respeitados. Sendo assim pode-se perceber que a luta pela democratização a comunicação no Brasil coloca em evidência aspectos de cidadania.

Ainda sobre essa questão, para o sociólogo Pedro Demo, temos inicialmente dois tipos de cidadania, a saber, a tutelada e a assistida. Cidadania Tutelada é aquela que as classes dominantes suportam e permitem que seja exercida pelas classes inferiores. Já Cidadania Assistida ocorre quando o cidadão tem a noção de que tem direito a assistência social, o que faz parte de qualquer democracia (Demo, 1995, p. 6). O mesmo autor propõe uma cidadania emancipada, em que o indivíduo se torna autor de seu próprio destino, podendo assim conduzir seu próprio caminho. Pode-se perceber, então, que a união entre a luta por uma cidadania plena se faz mais objetiva se utilizar os meios de comunicação para o debate público de ideias e pensamentos, os próprios meios de comunicação podem ser alvos desta discussão. Para Milton Santos:

[..] o valor do individuo depende do lugar em que está e que, desse modo, a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe. (Santos, 1987, p.116).

Sendo assim, quanto mais vozes forem para o “ar” através das ondas do rádio, mais chances de se produzir espaços públicos onde os cidadãos possam se pronunciar. Portanto o desenvolvimento da mídia, dos meios de comunicação impacta o espaço geográfico e cria novas formas de percepção da realidade, através de uma comunicação moldada na própria sociedade e a ela dirigida. Podendo de essa forma adentrar mais nos processos sociais e interagir efetivamente com o meio em que o homem habita.

No Brasil, desde os primórdios, há um processo de consolidação de uma cidadania às avessas. Com o processo de colonização, com escravidão, latifúndios e expropriação, o poder foi centralizado nas mãos dos proprietários de terras, da mesma forma as concessões de canais de comunicação foram instrumentalizadas no sentido de servir aos aliados dos detentores desse poder que, por sua vez, sempre utilizaram os meios comunicacionais como forma de disseminação de ideias e ideais conservadores.

É sobre essa égide de sociedade que as rádios comunitárias assumem grande importância na construção da cidadania, pois surgiram a partir da iniciativa de movimentos sociais que buscavam maiores espaços com o intuito de possibilitar à comunidade o direito ao pleno exercício da cidadania. Mas para entender a função social dessas emissoras se faz necessário distinguir comunicação comunitária, comunicação comercial e rádio pirata.

Rádios piratas são emissoras que vão ao ar sem autorização legal. Embora o termo contenha fortes componentes ideológicos difundidos pelas classes dominantes, principalmente pela Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABERT).

Já as rádios comerciais são emissoras legalizadas, que vendem seus espaços publicitários para empresas locais e grandes conglomerados, inclusive multinacionais. Vale lembrar que em nosso país menos de dez grupos econômicos monopolizam mais de 90% do que se vai ao ar, inclusive por transmissões sonoras via satélite.

Por sua vez comunicação comunitária é a praticada por emissoras que conseguiram junto aos órgãos competentes governamentais o documento de outorga, que é uma concessão pública e deve servir à comunidade local. A característica mais marcante desse tipo de rádio é que sua direção é composta por membros da comunidade que compõem uma associação sem fins lucrativos, sendo que esses membros pertencem a diferentes segmentos sociais e devem ter garantidos o direito a expressão de seus valores étnicos, sociais e culturais.

De forma que no estudo sobre as rádios comunitárias na cidade de Catalão, procura-se compreender suas características, seus programas e sua ideologia, bem como descobrir quem se beneficia e apropria delas, se é que isto acontece.

Já que as rádios comunitárias aparentemente seguem a história e trilham os caminhos das chamadas rádios livres que operaram no país nos anos 1970 e 1980 e que eram iniciativas de movimentos sociais, que defendiam moradia, saúde, educação, salários dignos, entre outras necessidades prementes da população e faziam parte de várias reivindicações defendidas pelos movimentos sociais, nada mais coerentes que projetos sociais, campanhas informativas, de utilidade pública e de ajuda a comunidade sejam realizados por algumas rádios comunitárias. Lefebvre (2001, p. 2) lembra que “questões relativas à cidade e a realidade urbana não são plenamente conhecidas e reconhecidas; ainda não assumiram politicamente a importância e o significado que têm no pensamento (na ideologia) e na prática.”

As restrições impostas às rádios comunitárias através da Lei 1962, que instituiu o serviço de radiodifusão comunitária foram e são barreiras impostas ao pleno serviço comunitário. Limitações como o recebimento de patrocínio do comércio, quantidade de watts de potência, altura da antena e a frequência modulada são questões a serem compreendidas, analisadas e expressas no decorrer da realização da pesquisa. Assim, entende-se que buscar respostas para estas inquietações é totalmente pertinente e deve fazer parte também das discussões geográficas.

Vale acrescentar que as classes dominantes se utilizam de vários meios para reproduzirem seu “status quo” e os meios de comunicação são mecanismos de extensão deste domínio. Merece também ressaltar que, de acordo com Ferraretto (2001) o processo de lutas sociais no Brasil pela democratização da comunicação perdura por quase duas décadas (dos anos de 1970 a 1980).

Os empresários do setor radiofônico servem-se dos argumentos de oposição à implantação das rádios comunitárias dizendo que as estações “clandestinas”, interferem nos sinais das transmissões das emissoras legalmente constituídas e nos sistemas de comunicação dos aeroportos, podendo inclusive chegar até a derrubar aviões, afirmam eles, fato desprovido até então de provas científicas.

Conclusões

É de fácil compreensão que as críticas à implantação das rádios comunitárias carecem em seus argumentos de valores científicos e partem daqueles que se beneficiam do monopólio do setor e, naturalmente, são os beneficiados economicamente por ele.

1. O grande problema que envolve a implantação das emissoras comunitárias concerne a ótica da comunicação comercial, que se vê ameaçada, pois seu mote é apenas gerar lucros e não valorizar o que é do local.
2. Pretende – se através desta pesquisa buscar nas relações entre as rádios comunitárias de Catalão com as comunidades locais envolvidas, respostas para a questão que envolve vários movimentos sociais e a apropriação das concessões públicas por interesses privados, embora seja contra a lei, que estas emissoras sejam utilizadas para servir interesses de alguns grupos e pessoas, pode-se desde já entender que o fato está ocorrendo em várias emissoras.

Referências bibliográficas

- Chaveiro, E. F., et al. (2008). Geografia e Cultura, os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira,.
- ClavaL, P. A. , (1999). Geografia cultural. Florianópolis: UFSC.
- Demo, P., (2005). Política social, educação e cidadania. Campinas, SP: Papyrus.
- Ferrareto, L. A., (2001). Rádio: O veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Sagra Luzzatto.
- Foucault, M., (1979). Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Lefebvre, H. O., (2001). Direito à cidade. São Paulo: Centauro.
- Lucci, E. A., (2000). Geografia - o homem no espaço global. São Paulo: Saraiva.
- Meksenas, P., (2000). Direitos e sociedade brasileira: dilemas da cidadania. São Paulo: USP.
- Moreira, R., (2007). Pensar e ser em geografia: ensaio de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto.
- Moncau, L. F., (2005). A radiodifusão comunitária no contexto dos direitos humanos. São Paulo, PUC.
- Peruzzo, C. M. K., (2005). Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes.
- Pinsky, Jaime; Carla Pinsky (Orgs.). , (2003). História da Cidadania. São Paulo: Contexto.
- Santos, M., (1987). O Espaço do cidadão. São Paulo: Nobel.
- Souza, M. A., (2008). A metrópole e o futuro. Campinas: Territorial.
- Stacciarini, José Henrique R., (2002). *Pluralidade, publicização e multiplicação do fazer político: a ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida no território brasileiro* (Tese de Doutorado). Presidente Prudente: UNESP.